

volume

28/2

julho/2023

ICH - UFPel

História em revista

revista do núcleo de documentação histórica

Educação e História:

Pensar a educação a partir de uma perspectiva histórica



Hist. Rev. Pelotas Número 28/2 p.1-261 jul. 2023

ISSN 2596-2876





**Obra publicada pela
Universidade Federal
de Pelotas**

Reitora

Isabela Fernandes Andrade

Vice-Reitora

Ursula Rosa da Silva

Chefe do Gabinete da Reitoria

Aline Ribeiro Paliga

Pró-Reitora de Ensino

Maria de Fátima Cossio

Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação e Inovação

Flávio Fernando Demarco

Pró-Reitora de Extensão e Cultura

Eraldo dos Santos Pinheiro

Pró-Reitor de Assuntos Estudantis

Rosane Maria dos Santos Brandão

Pró-Reitor Administrativo

Ricardo Hartlebem Peter

Pró-Reitor de Planejamento e Desenvolvimento

Paulo Roberto Ferreira Júnior

Pró-Reitor de Gestão de Pessoas

Taís Ulrich Fonseca

Editora e Gráfica Universitária - Conselho Editorial

Presidente do Conselho Editorial: Ana da Rosa Bandeira

Representantes das Ciências Agrárias: Victor Fernando Büttow Roll (TITULAR) e Sandra Mara da Encarnação Fiala Rechsteiner

Representantes da Área das Ciências Exatas e da Terra: Eder João Lenardão (TITULAR)

Representantes da Área das Ciências Biológicas: Rosângela Ferreira Rodrigues (TITULAR) e Francieli Moro Stefanello

Representantes da Área das Engenharias: Reginaldo da Nóbrega Tavares (TITULAR)

Representantes da Área das Ciências da Saúde: Fernanda Capella Rugno (TITULAR) e Anelise Levay Murari

Representantes da Área das Ciências Sociais Aplicadas: Daniel Lena Marchiori Neto (TITULAR), Eduardo Grala da Cunha e Maria da Graças Pinto de Britto

Representante da Área das Ciências Humanas: Charles Pereira Pennaforte (TITULAR), Lucia Maria Vaz Peres e Pedro Gilberto da Silva Leite Junior

Representantes da Área das Linguagens e Artes: Lúcia Bergamaschi Costa Weymar (TITULAR), Chris de Azevedo Ramil e João Fernando Igansi Nunes

Instituto de Ciências Humanas

Diretor: Prof. Dr. Sebastião Peres

Vice-Diretora: Profa. Dra. Andréa Lacerda Bachettini

Núcleo de Documentação História da UFPel – Profa. Beatriz Loner

Coordenadora:

Prof^a Dra. Lorena Almeida Gill

Membros do NDH:

Prof^a Dra. Lorena Almeida Gill

Prof. Dr. Aristeu Elisandro Machado Lopes

Prof. Dr. Jonas Moreira Vargas

Prof. Dra. Márcia Janet Espig

Técnico Administrativo:

Paulo Luiz Crizel Koschier

História em Revista – Publicação do Núcleo de Documentação
Histórica – Prof^{fa}. Beatriz Loner

Comissão Editorial:

Prof^a Dra. Lorena Almeida Gill
Prof. Dr. Aristeu Elisandro Machado Lopes
Profa. Dra. Eliane Cristina Deckmann Fleck
Profa. Dra. Márcia Janete Espig
Prof. Dr. Jornas Vargas
Paulo Luiz Crizel Koschier

Conselho Editorial:

Profa. Dra. Alexandrine de La Taille-Trétinville U.,
Universidade de los Andes, Santiago, Chile
Profa. Dra. Ana Carolina Carvalho Viotti (UNESP - Marília)
Profa. Dra. Beatriz Teixeira Weber (UFSC)
Prof. Dr. Benito Bisso Schmidt (UFRGS)
Prof. Dr. Carlos Augusto de Castro Bastos (UFPA)
Prof. Dr. Claudio Henrique de Moraes Batalha (UNICAMP)
Prof. Dr. Deivy Ferreira Carneiro (UFU)
Profa. Dra. Gisele Porto Sanglard (FIOCRUZ)
Prof. Dr. Jean Luiz Neves Abreu (Universidade Federal de
Uberlândia)
Profa. Dra. Joan Bak (Univ. Richmond – USA)
Profa. Dra. Joana Maria Pedro (UFSC)
Profa. Dra. Joana Balsa de Pinho, Universidade de Lisboa
Profa. Dra. Karina Ines Ramacciotti,
(UBA/CONICET/Universidad de Quilmes)
Profa. Ms. Larissa Patron Chaves (UFPE)
Profa. Dra. Maria Antónia Lopes (Universidade de Coimbra)
Prof^a. Dra. Maria Cecília V. e Cruz (UFBA)
Profa. Dra. Maria de Deus Beites Manso (Universidade de
Évora)
Profa. Dra. Maria Marta Lobo de Araújo (Universidade do
Minho)
Profa. Dra. María Silvia Di Liscia (Universidad Nacional de
La Pampa – AR)
Profa. Dra. Maria Soledad Zárate (Universidad Alberto
Hurtado – Chile)
Prof. Dr. Marcelo Badaró Mattos (UFF)
Prof. PhD Pablo Alejandro Pozzi (Universidad de Buenos
Aires).
Prof. Dr. Robson Laverdi (UEPG)
Prof^a. Dra. Tânia Salgado Pimenta (FIOCRUZ)
Prof^a. Dra. Tatiana Silva de Lima (UFPE)
Prof. Dr. Temístocles A. C. Cezar (UFRGS)
Prof. Dr. Tiago Luis Gil (UNB)
Prof. Tommaso Detti (Università Degli Studi di Siena)
Profa. Dra. Yonissa Marmitt Wadi (UNIOESTE)

Editora: Lorena Almeida Gill

Editores do Volume: Magda de Abreu Vicente
(FURG) | Caroline Braga Michel (FURG)

Editoração e Capa: Paulo Luiz Crizel Koschier

Imagem da capa: Aspecto de sala de aula do Colégio Agrícola
Visconde da Graça (1924) – acervo Profa. Dra. Magda de
Abreu Vicente

Pareceristas ad hoc:

Ariane dos Reis Duarte | André Luiz de Oliveira Fagundes |
Chéli Nunes Meira | Chris de Azevedo Ramil | Dione
Lihtnov | Estela Denise Schütz Brito | Estela Maris
Reinhardt Piedras | Fernando Cezar Ripe da Cruz | Filipi
Vieira Amorim | Itamaragiba Chaves Xavier | Jaqueline de
Gaspari Piotrowski | Jeane dos Santos Caldeira | Joseane
Cruz Monks | Lisiane Sias Manke | Lislaine Sirsi Cansi
| Lucas Grimaldi | Maria Augusta Martiarena | Paula Corrêa
Henning | Raquel Azambuja Santos | Rita de Cássia Grecco
dos Santos | Sabatha Catoia Dias | Wellington Freire
Machado | Valesca Brasil Costa

Editora e Gráfica Universitária

R Lobo da Costa, 447 – Pelotas, RS – CEP 96010-150 |
Fone/fax: (53)3227 8411
e-mail: editora@ufpel.edu.br

Edição: 2023/1

ISSN – 2596-2876

Indexada pelas bases de dados: Worldcat Online Computer
Library Center | Latindex | Livre: Revistas de Livre Acesso
| International Standard Serial Number | Worldcat |
Wizdom.ai | Zeitschriften Datenbank

UFPEL/NDH/Instituto de Ciências Humanas

Rua Cel. Alberto Rosa, 154 - Pelotas/RS - CEP: 96010-770
Fone: (53) 3284 3208 - <http://wp.ufpel.edu.br/ndh/>
e-mail: ndh.ufpel@gmail.com



Dados de Catalogação na Publicação (CIP) Internacional
Simone Godinho Maisonave – CRB 10/1733
Biblioteca de Ciências Sociais – UFPel

H673 História em Revista [recurso eletrônico] : (Dossiê: Educação e História: Pensar a educação a partir de uma perspectiva histórica) / Núcleo de Documentação Histórica da UFPel – Profa. Beatriz Loner, v.28, n.2, jul. 2023. – Pelotas: UFPel/NDH, 2023 – 261 p. ; 12,2MB

Semestral

e-ISSN: 2596-2876

Sistema requerido: Adobe Acrobat Reader

Disponível em:

<https://periodicos.ufpel.edu.br/index.php/HistRev/index>

1. História – Periódico 2. Educação 3. Memória

CDD: 907

Os textos contidos neste volume são de responsabilidade exclusiva de seus respectivos autores. Salvo informação explícita em contrário, o(a)(s) autor(a) (es) respondem pelas informações textuais e imagéticas contidas no presente volume. O padrão ortográfico e o sistema de citações e referências bibliográficas são prerrogativas de cada autor. Da mesma forma, o conteúdo de cada artigo é de inteira e exclusiva responsabilidade dos mesmos.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO PRESENTATION <i>Magda de Abreu Vicente Caroline Braga Michel</i>	08
DOCÊNCIA FEMININA NO SÉCULO XIX: ENTRE CRÍTICAS, DENÚNCIAS, POLÊMICAS E REPRESÁLIAS FEMALE TEACHING IN THE 19TH CENTURY: CRITICISM, COMPLAINTS, POLEMICS AND REPRISALS <i>Eliane Peres</i>	15
A PRESENÇA DAS MULHERES NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL AGRÍCOLA NA CIDADE DE PELOTAS: UM RELATO DE PESQUISA THE WOMEN PRESENCE IN AGRICULTURAL PROFESSIONAL EDUCATION AT PELOTAS CITY: A SEARCH REPORT <i>Fabiola Mattos Pereira Angelita Soares Ribeiro</i>	38
O IR E VIR DA LEGISLAÇÃO EDUCACIONAL BRASILEIRA NO CURSO DA HISTÓRIA DA FORMAÇÃO DE PROFESSORES DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA THE COMING AND GOING OF BRAZILIAN EDUCATIONAL LEGISLATION IN THE COURSE OF THE HISTORY OF TEACHER TRAINING OF PROFESSIONAL AND TECHNOLOGICAL EDUCATION <i>Elisane Ortiz de Tunes Cristhianny Bento Barreiro</i>	56
BAÚ DE GUARDADOS: O ACERVO DOCUMENTAL DA PROFESSORA DE ARTE MARIA FRANCISCA MOREIRA (1960-2002) KEPT IN A TRUNK: THE DOCUMENTAL COLLECTION OF ART TEACHER MARIA FRANCISCA MOREIRA (1960-2002) COFRE DE GUARDIÃ: LA COLECCIÓN DOCUMENTAL DE LA MAESTRA DE ARTE MARIA FRANCISCA MOREIRA (1960-2002) <i>Jailson Valentim dos Santos</i>	80
IMPLEMENTAÇÃO DO ESTÁGIO NAS ESCOLAS REAIS: CONTRIBUIÇÃO PARA A HISTÓRIA DE UM DESAFIO ESTRUTURAL DAS POLÍTICAS DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES INTERNSHIP IMPLEMENTATION IN REAL SCHOOLS: A CONTRIBUTION TO THE HISTORY OF A STRUCTURAL CHALLENGE OF TEACHER TRAINING POLICIES <i>Valdeniza Maria Lopes da Barra</i>	96

- ASSISTÊNCIA À INFÂNCIA NA PROVÍNCIA DO MARANHÃO: A IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA (1850-1880)**
 CHILDCARE IN MARANHÃO PROVINCE: THE BROTHERHOOD OF SANTA CASA DE MISERICÓRDIA (1850-1880)
Rosyane de Moraes Martins Dutra 115
- LAS CONSTRUCCIONES DE GÉNERO Y EMOCIONALIDAD EN LAS INFANCIAS A TRAVÉS DE LOS TEXTOS DE LECTURA ESCOLAR. URUGUAY 1900-1930**
 THE CONSTRUCTIONS OF GENDER AND EMOTIONALITY IN CHILDHOOD THROUGH SCHOOL READING TEXTS. URUGUAY 1900-1930
Silvana Espiga | Paola Dogliotti 128
- A DIMENSÃO CLASSIFICATÓRIA EM GRUPOS ESCOLARES CAMPO-GRANDENSES (1958-1969)**
 THE CLASSIFICATORY DIMENSION IN SCHOOL GROUPS FROM CAMPO GRANDE (1958-1969)
Helen Caroline Valdez Monteiro 153
- CADA AGORA CONTÉM MUITOS ANTES E DEPOIS, CADA AQUI CONTÉM MUITOS ALIS: NARRATIVAS AUTOBIOGRÁFICAS DE PROFESSORAS EM PERSPECTIVA HISTÓRICA**
 EACH NOW CONTAINS MANY BEFORES AND AFTERS, EACH HERE CONTAINS MANY THERES: TEACHER'S AUTOBIOGRAPHICAL NARRATIVES IN HISTORICAL PERSPECTIVE
Miriã Lúcia Luiz | Bruna Mozini Subtil | Brunna Terra Marcelino | Mariana Dall Orto dos Santos 175
- O SILÊNCIO DOS MANUAIS DIDÁTICOS DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO SOBRE A QUESTÃO RACIAL**
 THE SILENCE OF EDUCATIONAL HISTORY MANUALS ON THE RACIAL ISSUE
Joatan Nunes Machado Junior | Juliana Césarío Hamdan 200
- MEMÓRIAS DISCENTES SOBRE A CULTURA MATERIAL ESCOLAR E A FORMAÇÃO DE PROFESSORES: ELOS DE UM PERCURSO FORMATIVO**
 STUDENT MEMORIES ABOUT SCHOOL SUPPLIES CULTURE AND TEACHER TRAINING: LINKS IN A TRAINING PATH
 RECUERDOS ESTUDIANTELES SOBRE LA CULTURA MATERIAL ESCOLAR Y FORMACIÓN DOCENTE: ENLACES DE UN TRAYECTO DE FORMACIÓN
Caroline Braga Michel | Alessandra Amaral | Magda de Abreu Vicente 214

**A PROBLEMATIZAÇÃO DO USO DE COMENTÁRIOS E DESCRIÇÕES EM POSTS DA
INTERNET NA PESQUISA EM HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO**

THE PROBLEMATIZATION OF THE USE OF COMMENTS AND DESCRIPTIONS ON
INTERNET POSTS IN RESEARCH IN THE HISTORY OF EDUCATION

230

Maria Augusta Martiarena | Bruna Luiz dos Santos

**ARQUITETURA ESCOLAR: O PROJETO PADRÃO DE ARQUITETURA ECLÉTICA
PARA 500 ALUNOS NO RIO GRANDE DO SUL**

SCHOOL ARCHITECTURE: THE STANDARD DESIGN OF ECLECTIC ARCHITECTURE
FOR 500 STUDENTS IN RIO GRANDE DO SUL

245

Lisiê Kremer Cabral | José Henrique Carlucio Cordeiro

A PRESENÇA DAS MULHERES NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL AGRÍCOLA NA CIDADE DE PELOTAS: UM RELATO DE PESQUISA

THE WOMEN PRESENCE IN AGRICULTURAL PROFESSIONAL EDUCATION AT PELOTAS CITY:
A SEARCH REPORT.

*Fabiola Mattos Pereira*¹

*Angelita Soares Ribeiro*²

Resumo: O artigo apresenta os resultados de uma investigação realizada junto ao acervo histórico vinculado ao Núcleo de Extensão e Pesquisa em Educação, Memória e Cultura, localizado no Câmpus Pelotas – Visconde da Graça, do Instituto Federal Sul-rio-grandense. O trabalho desenvolvido se voltou para a análise da presença das mulheres nesta instituição que surgiu como Patronato Agrícola, no ano de 1923, de frequência exclusivamente de meninos até a década de 1950. Nos propomos identificar a voz das mulheres através dos documentos presentes no acervo, tendo em vista a invisibilidade verificada no período anterior à inauguração de cursos voltados à formação feminina. Parte-se da abordagem etnográfica em documentos, priorizando a coleta de dados nos arquivos, onde nos debruçamos no mapeamento e identificação das mulheres, indicadores da ação e da participação nas dinâmicas burocráticas, revelando os espaços que foram ocupados pelas mesmas desde a fundação da instituição.

Palavras-chaves: mulheres; educação profissional; Visconde da Graça.

Abstract: This article presents the results of an investigation carried out at the historical collection at the Center for Extension, and Research in Education, Memory and Culture, located at the Campus Pelotas – Visconde da Graça, of the Sul-rio-grandense Federal Institute. The study aimed to analyze the presence of girls in this institution which emerged as Agricultural Patronage in 1923 and was attended exclusively by boys until the 1950s. We seek to identify the voice of women through the documents present in the collection, considering the invisibility verified in the period prior to the inauguration of courses aimed at them. It starts with the ethnographic approach in documents, prioritizing the data collection in archives, focusing on the mapping and identification of women - who are indicators of their actions and participation in the bureaucratic dynamics - and showing the spaces that have been occupied by them since the foundation of the institution.

Key words: Women, professional education; Visconde da Graça

Introdução

O artigo propõe apresentar relatório de pesquisa realizada junto ao acervo histórico de uma instituição de ensino profissional agrícola, fundada no ano de 1923, como Patronato Agrícola Visconde da Graça (PAVG), na cidade de Pelotas. A pesquisa intitulada “Acervo documental do CaVG: O patrimônio cultural em perspectiva – Etapa 3”³ contou

¹ Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense – Câmpus Pelotas Visconde da Graça. E-mail: fabiolapereira@ifsul.edu.br Dra em ciências sociais

² Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense – Câmpus Pelotas Visconde da Graça. E-mail: angelitaribeiro@ifsul.edu.br Dra em educação

³ O projeto de pesquisa, em etapas anteriores, objetivou a identificação e classificação dos documentos que compunham o acervo histórico, até então sem tratamento e sem reconhecimento de sua relevância histórica.

com apoio financeiro da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (PROPESP) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense (IFSul) e, pretendeu responder sobre a suposta invisibilidade das mulheres na história institucional do atual Câmpus Pelotas – Visconde da Graça (CaVG), do IFSul, colocada através da pergunta: “As mulheres estavam presentes no princípio da organização do Visconde da Graça? Quais foram os lugares ocupados?”

As narrativas oficiais que recuperam a história institucional apontam personalidades influentes e seus legados, relegando a lugares de invisibilidade outros sujeitos como mulheres e desvalidos, os quais foram, objeto de atenção e intervenção no Visconde da Graça⁴. É neste ponto que justificamos a realização deste estudo, com a intenção de revisitar o lugar comum por meio do qual a história tem se cristalizado e apoiado. Em crítica a tal postura teórica e metodológica, desenvolvemos um extenso trabalho de campo junto ao Núcleo de Extensão e Pesquisa em Educação, Memória e Cultura - NEPEC, realizando levantamentos em diferentes fontes como relatórios anuais, correspondências emitidas e recebidas, livros de matrículas e processos de matrícula sob guarda da Coordenadoria de Registros Acadêmicos do Câmpus.

Cabe ressaltar que a instituição investigada teve seu início como Patronato Agrícola, no ano de 1923, junto ao Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio (MAIC) neste órgão permanecendo até 1968, quando se vinculou à Universidade Federal Rural do Rio Grande do Sul, no Ministério da Educação, por meio do Decreto nº 62.178/1968. Ao longo de sua história o Visconde da Graça passou por muitas modificações em sua nomenclatura, tendo em vista as diferentes propostas educacionais que foram alterando o ensino agrícola no Brasil.

Os patronatos, instituições criadas no bojo das políticas do MAIC, surgiram para atendimento de uma parcela específica da população, mais especificamente meninos pobres, “a partir da lógica de intervenção social e cultural de sujeitos considerados “desvalidos da sorte”, em outras palavras, meninos classificados como órfãos” (PEREIRA, 2018, p. 16). No contexto particular da cidade de Pelotas, estes meninos foram encaminhados para o PAVG, por meio de despachos emitidos pelo Juiz de Órfãos⁵.

Na etapa 3, foi priorizada a investigação sobre a presença das mulheres tendo em vista o acumulado de registros que foram encontrados nas etapas 1 e 2, o qual indicava a necessidade de maior aprofundamento.

⁴ O trabalho de Magda Abreu Vicente (2010) ao abordar os primeiros anos de funcionamento da instituição em questão, bem como as práticas educativas estabelecidas e que perduraram por longo período, foi fundamental para pensar a constituição de uma outra narrativa sobre a instituição, partindo dos sujeitos invisibilizados, que no caso da dissertação, foram os alunos que integraram as primeiras matrículas. Inspirando-se em seu texto, apresentamos o artigo ampliando o escopo da análise por meio do qual o Visconde da Graça pode ser investigado e conhecido.

⁵ De acordo com Pereira (2018, p. 99): “Era o Juiz quem detinha a autoridade legal sobre estes meninos, a ponto de as famílias a ele também se dirigirem para requerer o retorno de suas crianças para casa”. Registramos que havia nos documentos investigados previsão de que outras instituições encaminhassem solicitação de matrícula para o Patronato como, por exemplo, a polícia. No entanto, em toda documentação analisada, os pedidos de matrícula no período partiram do Juiz de órfãos.

Enviados para o Patronato, os meninos tinham destino certo, enquanto as meninas, eram conduzidas para outros espaços, de frequência exclusiva feminina⁶. Neste ponto se destaca uma questão importante em relação à faixa etária e os diferentes locais para os quais eram enviados, obedecendo uma lógica de gênero e de ocupações. No ensino profissional, as mulheres foram autorizadas a frequentar os cursos destas instituições somente após a publicação da Lei Orgânica do Ensino Agrícola, no ano de 1946, o que será apresentado na continuidade do texto.

Destaca-se que, o ingresso restrito para meninos, professores, agrônomos e diretores no Visconde da Graça, teria permanecido, segundo relatos oficiais até a criação do Curso de Magistério em Economia Doméstica Rural, cuja inauguração ocorreu nos anos 1950⁷.

Contudo, é neste ponto que pretendemos nos debruçar ao longo deste artigo, indicando desdobramentos que justificam a hipótese apresentada. A memória trazida pelos documentos tem nos permitido compreender de maneira mais ampla os silenciamentos e apagamentos dos grupos minoritários nos documentos institucionais. Nosso compromisso em encontrar tais rastros (RIBEIRO, 2018) tem se somado a outras tantas atividades que colocam em cena a diversidade de sujeitos que integraram e, ainda integram as muitas histórias possíveis no atual CaVG. A memória tem se apresentado como campo de disputas.

A necessidade de recordar é, portanto, real, mesmo que apenas para que não nos tornemos seres “pobres e vazios”. Mas, na realidade, mais do que necessidade de memória, o que parece existir é uma necessidade metamemorial, ou seja, uma necessidade da ideia de memória que se manifesta sob múltiplas modalidades nas sociedades modernas. Essa necessidade é indissociável da busca pelo esquecimento, que ocorre concomitantemente ao lembrar. (CANDAUI, 2014, p. 126)

Neste campo de disputas narrativas nos propomos apresentar as ações e os lugares ocupados pelas mulheres antes mesmo das orientações estatais emanadas dos textos legais, como a Lei Orgânica do Ensino Agrícola. Indicaremos, na sequência, quem foram alguns destes sujeitos e as funções que ocuparam buscando contornos mais específicos das presenças que foram relegadas ao esquecimento.

⁶ A pesquisadora Jeane Caldeira (2020, p. 176) indica duas instituições filantrópicas que acolhiam meninas na cidade de Pelotas, “o Asilo de Órfãs Nossa Senhora da Conceição e o Asilo de Órfãs São Benedito”. Com propostas de educação voltadas ao ordenamento e ajustamento social, seja pública ou filantrópica, a infância era objeto de atenção e tutela na cidade de Pelotas.

⁷ O grupo de pesquisa NEPEC, em artigo submetido para o livro “IFSul – Nossa história”, organizado pela Editora do IFSul, sob o título “Câmpus Pelotas – Visconde da Graça (1923), explorou as lacunas na história do Visconde da Graça, se debruçando, dentre outros aspectos, na sistematização cronológica dos cursos voltados às mulheres. O texto está aguardando avaliação da editora para publicação.

Apontamos que tomaremos ao longo do texto, o nome Visconde da Graça, quando desejarmos nos referir genericamente a instituição, independente do período histórico. De outra forma, utilizaremos o termo específico (Patronato, Aprendizado, Escola Agrotécnica, Colégio Agrícola, Colégio de Economia Doméstica Rural, Conjunto Agrotécnico e Câmpus) sempre acompanhado do nome Visconde da Graça na sequência, quando a intenção for a de enfatizar a organização administrativa e educacional do contexto referido⁸.

Desenvolvimento

Neste item apresentamos brevemente o processo de construção do acervo histórico sob guarda do NEPEC, bem como, a concepção que orientou sua organização, aspecto relevante para a compreensão do contexto em que foi realizada a pesquisa. Na continuidade discutimos, em linhas gerais, as noções que orientaram a abordagem metodológica da pesquisa de campo, tomando a etnografia documental como referência da coleta, registro e análise dos dados.

O NEPEC, a construção do acervo e sua investigação

O acervo do Núcleo de Extensão e Pesquisa em Educação, Memória e Cultura – NEPEC situado no Câmpus Pelotas – Visconde da Graça - CaVG, foi construído em 2014, com o objetivo de congregar diferentes elementos da memória do CaVG. Sua constituição exigiu diferentes esforços (humanos, materiais, estruturais, dentre outros) e, se estendeu por aproximadamente um ano até se tornar possível sua utilização como fonte para pesquisas e investigações⁹. Composto por diferentes documentos e objetos, neste espaço encontramos um mosaico de arquivos, mobiliários, imagens fotográficas, quadros de formaturas, roupas e uniformes da banda escolar. Encontram-se também variados artefatos que serviram tanto como instrumentos de trabalho agrícola e nas oficinas escolares; como materiais administrativos, dentre eles: tintas de canetas, mata-borrões, canetas tinteiro, telefones, máquinas de datilografar dentre outros objetos históricos usados pela instituição em diferentes períodos, mas que agora se encontram distantes de suas funções administrativas e pedagógicas anteriores e, atualmente sem valor de uso.

O acervo tem se apresentado também como lugar de ensino, pesquisa e extensão e, congregado pesquisadores de diferentes áreas do conhecimento, tanto do Câmpus quanto de outras instituições, o que tem permitido uma ampliação considerável das perspectivas sob

⁸ Para fins do objetivo pretendido neste artigo, não distinguiremos as mudanças existentes em cada período tendo em vista a extensão que tomaria ao longo do texto. Por isso, quando necessário, faremos as observações pertinentes situando o contexto e as concepções mais relevantes.

⁹ Desde sua organização, os documentos e objetos do acervo serviram de campo de pesquisa para diferentes estudos acadêmicos de níveis de graduação, mestrado e doutorado. Destacamos que as teses de doutorado foram elaboradas pelas autoras deste artigo, as quais seguem investigando o acervo histórico, tendo em vista os desdobramentos evidenciados nas pesquisas inicialmente desenvolvidas.

as quais pode ser analisado.

O movimento de constituição do acervo levou, portanto, a sua visibilidade como lugar de memória, nos termos de Pierre Nora (1993). Para o historiador francês estes lugares de memória:

[...] são, antes de tudo, restos. A forma extrema onde subsiste uma consciência comemorativa numa história que a chama, porque ela a ignora. É a desritualização do nosso mundo que faz aparecer a noção. O que secreta, veste, estabelece, constrói, decreta, mantém pelo artifício e pela vontade numa coletividade fundamentalmente envolvida em sua transformação, em sua renovação. (NORA, 1993, pg. 12-13)

A partir desta definição, o acervo se coloca como lugar de restos ainda não contados, porque ocultados / invisibilizados e não selecionados como parte da memória. Restos de histórias de meninos, meninas, mulheres, professoras, empregadas, serventes, trabalhadores e trabalhadoras que fizeram e ainda fazem parte do Visconde da Graça.

Movidas por uma ética da memória, partimos das lacunas históricas que necessitam aprofundamento e visibilidade, uma vez que dizem sobre contextos e sujeitos que passaram pelo CaVG e cujas histórias ainda não foram suficientemente abordadas.

A alteridade nem sempre visível nos documentos do acervo histórico, tem exigido pesquisa atenta e permanente. Nos termos de Arlete Farge

Talvez o arquivo não diga a verdade, mas ele diz *da* verdade, tal como o entendia Michel Foucault, isto é, dessa maneira única que ele tem de expor o *Falar* do outro, premido entre relações de poder e ele mesmo, relações às quais ele se submete, mas que também concretiza ao verbalizá-las. O que vê aí, nessas palavras esparsas, são elementos da realidade que, por sua aparição em um determinado momento histórico, produzem sentido. É sobre sua aparição que é preciso trabalhar, é nisso que se deve tentar decifrá-lo. (FARGE, (2009, p. 35)

A potência que pode conter o acervo, exigiu, portanto, esforços para revelar os sentidos nem sempre evidentes nos documentos. Optamos por pensar o acervo como um complexo de relações que conectam diferentes sujeitos e intenções. As marcas que escapam, as dobras, os grifos, os recortes, os recados no verso de uma página, dentre tantas manifestações são algumas das faces por meio das quais se pode avaliar a memória dos documentos. Ao relativizarmos o documento como peça acabada da realidade, que potencialmente guarda texto e contexto, nos aproximamos da noção defendida por Heloisa Belloto, para quem o documento está para além do registro escrito, integrando uma rede de significados culturais compartilhados

[...] documento é qualquer elemento gráfico, iconográfico, plástico ou fônico pelo qual o homem se expressa. É o livro, o artigo de revista ou jornal, o relatório, o processo, o dossiê, a carta, a legislação, a estampa, a tela, a escultura, a fotografia, o filme, o disco, a fita magnética, o objeto utilitário etc., enfim, tudo o que seja produzido, por motivos funcionais, jurídicos, científicos, técnicos, culturais ou artísticos, pela atividade humana. (BELLOTO, 2006, p. 35)

Defendemos que os documentos não são reflexos acabados da realidade, mas construções humanas que inspiram validade e verdades. Por isso não compreendemos que a diversidade documental com a qual nos deparamos neste estudo, se apresente como limite e restrição para a análise, muito antes evidenciou sua riqueza e potencialidade, uma vez que foi capaz de apresentar, por meio dos registros escritos, a presença de sujeitos que, até então não haviam sido apresentados nas narrativas oficiais.

Percebendo a riqueza documental presente no campo desta pesquisa, encontramos apoio nas discussões apresentadas por Mikhail Bakhtin, teórico russo, da década de 1930, que aponta para a dimensão polifônica que está presente nos mais variados textos. Somam-se as categorias de enunciação, dialogismo e polifonia (BAKHTIN, 2011; 2015; 2016).

O conceito de enunciação foi estratégico nesta análise. Sua conexão com os encontros realizados em campo evidenciam o poder enunciativo que os documentos apresentaram. O universo documental composto de diários de classe, relatórios, correspondências, livros de matrículas, fotografias, quadros de formaturas, dentre outros, expõem um desejo de enunciação, de “expressar, transmitir pensamentos, sentimentos, etc. em palavras” (BAKHTIN, 2011, p. 261).

A linguagem verbal e/ou escrita se exprime, dentre outras formas também na forma de documentos: comunicando verdades, estruturando histórias, construindo trajetórias de vida. O exercício cotidiano de perceber nos documentos quais intenções, a quem desejavam responder, quais questões pretendiam omitir e quais almejavam destacar tornou a pesquisa complexa e intrigante.

Há na obra de Bakhtin um aspecto central que atualiza a importância do outro no processo de comunicação. Refere-se, segundo entendo, a memória social e aos estoques que lançamos mão para dialogarmos:

[...] todo falante é por si mesmo um respondente em maior ou menor grau: porque ele não é o primeiro falante, o primeiro a ter violado o eterno silêncio do universo, e pressupõe não só a existência do sistema da língua que usa, mas também de alguns enunciados antecedentes – dos seus e alheios – com os quais o seu enunciado entra nessas ou naquelas relações (baseia-se neles, polemiza com eles, simplesmente os pressupõe já conhecidos do ouvinte. (BAKHTIN, 2011, p. 272)

Assim, as enunciações serão compreendidas se/quando inseridas num contexto de expressão da língua, da viabilidade de ser estabelecida comunicação humana. A reserva que dispomos para manuseio da língua é social, a aprendizagem está sempre referida a cultura, cuja manifestação se dá mediada por palavras.

O acervo é, por isso, um campo de possibilidades para a exploração de conhecimento em diferentes áreas do conhecimento. Nossa postura tem sido, por isso, sempre referenciada na busca pelas vozes e pelos rostos historicamente negligenciados. E foi com esta intenção que buscamos a presença das mulheres na educação agrícola. Nos documentos do acervo elas têm se apresentado timidamente, vez ou outra, num livro de matrícula como aluna, num diário de classe como professora de letras ou matemática. Elas surgem também como esposas, idealizadoras da capela católica construída no bosque; como Coordenadora do Curso de Economia Doméstica Rural. Temos nos mobilizado para nomeá-las, trazer suas imagens das profundezas de álbuns de fotografias não vistos e não datados, bem como de suas falas em arquivos quase relegados ao esquecimento.

Por toda a diversidade de sujeitos e histórias, a abordagem etnográfica tem se mostrado mais indicada para o tratamento e análise documental. A Antropologia, ciência que nasceu do encontro com o outro, tem no trabalho de campo e na etnografia aliados para refletir teoricamente sobre a experiência e o ponto de vista daqueles com os quais entramos em contato. É por este motivo, que nos filiamos metodologicamente nesta investigação, ao estudo etnográfico dos documentos. Foi por meio dele que construímos a “arquitetura documental” (VIANNA, 2014, p. 49) que possibilitou identificar nas dobras e restos, a presença de outros tantos sujeitos que circularam no Visconde da Graça.

Tradicionalmente o método da pesquisa antropológica culmina com a construção de uma etnografia, cuja intenção é a de apresentar o ponto de vista dos interlocutores do estudo, questão fundante da disciplina de Antropologia ainda no início do século passado. Nesta perspectiva caberia ao antropólogo compreender culturalmente o universo investigado, para, posteriormente, como seu exercício fundamental, realizar a tradução, ou seja, tornar compreensível a fala e a vida nativa aos pares de sua própria sociedade.

A disciplina se fundou tomando por base a autoridade do etnógrafo que se estabelecia por conta das assimetrias epistemológicas que, segundo se acreditava, colocavam os antropólogos num lugar privilegiado em relação às sociedades que investigavam. Tais questões epistemológicas acerca do método seguiram sendo discutidas e, novas formas de abordar e escrever sobre alteridade foram propostas e consolidadas entre os antropólogos. A abordagem antropológica com documentos como sabido, é, portanto, complexa. A tarefa de “estar com” os documentos, nos aproximando de Florence Weber (2009) em sua experiência etnográfica é uma tarefa inquietante, uma vez que os informantes são refratários às nossas questões de pesquisa¹⁰.

¹⁰ “Estar com”, segundo a perspectiva etnográfica clássica, supõe refletir sobre a presença do pesquisador por longo tempo, avaliando os impactos de viver com os nativos, de modo que sua presença passe supostamente

Por tais motivos, a abordagem metodológica se mostrou tão relevante neste estudo e merecedora de destaque. Investigar o acervo na perspectiva antropológica, tal como apresentado por Adriana Vianna, é construir uma aldeia em meio a um arquivo.

Nas “aldeias-arquivo”, como chamou certa vez Sérgio Carrara (1998) o universo etnográfico feito de documentos acumulados sobre o qual ele e tantos de nós já nos debruçamos, não é raro atribuímos o peso do silêncio – e a desconfiança em relação à loquacidade – ao fato de lidarmos com documentos, como se houvesse uma promessa mágica (escondida em algum ponto) de completarmos as lacunas a que esse interlocutor nos condenou. (VIANNA, 2014, p. 46)

A investigação etnográfica dos documentos do acervo sob guarda do NEPEC, discutiu as formas pelas quais certos grupos, dentre eles as mulheres, foram descritos, enunciados e/ou oficial e deliberadamente omitidos. A proposta, dentre outras coisas, dialogou com a história da educação no Visconde da Graça refletindo neste lugar incerto da memória sobre as tensões, os conflitos e as narrativas que foram construindo a história institucional.

As mulheres nos documentos do acervo histórico

Os achados da pesquisa “Acervo documental do CaVG: O patrimônio cultural em perspectiva – Etapa 3” foram significativos e relevantes às respostas que se pretendia alcançar quando na elaboração da proposta.

A busca por investigar a presença das mulheres na história do Visconde da Graça, se fez neste campo através do acesso aos documentos sob guarda do Núcleo de Extensão e Pesquisa em Educação, Memória e Cultura. Este “lugar de memória” (NORA, 1993) múltiplo e diverso de questões a serem exploradas, permitiu o alargamento das interpretações que se dispunha, confirmando a necessidade de realização da pesquisa.

Partindo de fato histórico consolidado, a criação do Curso de Magistério de Economia Doméstica Rural, no ano de 1957, mergulhamos na análise dos documentos da década de 1950.

Ressalta-se, no entanto, que carecíamos de dados mais precisos acerca do cenário de criação do curso, bem como das articulações que tornaram possível sua organização. Nestas buscas foram encontrados os primeiros registros da presença das mulheres como estudantes no Visconde da Graça, através de frequência junto ao “Centro de Treinamento em Economia Doméstica Rural”, cujos primeiros registros constam nas correspondências emitidas ao Ministério da Agricultura, no ano de 1951¹¹.

despercebida. Weber (2009, p. 31) defende que “os nativos constroem progressivamente o lugar do recém chegado”.

¹¹ Os Centros de Treinamento em Economia Doméstica Rural foram uma iniciativa desenvolvida pelo Estado brasileiro visando intervir na educação das populações rurais. No contexto investigado, a proposta teve seu

Na sequência, a organização de um Curso de Extensão de curta duração no Visconde da Graça, foi uma ação consistente, que gerou inclusive a organização dos primeiros registros de matrículas de mulheres na instituição. Destacamos a configuração particular da oferta do ensino profissional que se estabeleceu no Visconde da Graça, quando avaliamos a idade para ingresso. Para elas, o ingresso ocorria numa faixa etária mais avançada, exigindo escolarização prévia como critério para matrícula.

A expansão da oferta de ensino às mulheres se situa no contexto nacional de profissionalização feminina. A criação de um novo sentido para o trabalho se reflete nas políticas de estímulo ao seu ingresso naquele universo, o que ocorreu conseqüentemente, reforçando as relações tradicionais e assimétricas de gênero. Nos termos de Guacira Louro (2018, p. 447):

As últimas décadas do século XIX apontam, pois, para a necessidade de educação para a mulher, vinculando-a à modernização da sociedade, à higienização da família, à construção da cidadania dos jovens. A preocupação em afastar do conceito de trabalho toda a carga de degradação que lhe era associada por causa da escravidão e em vinculá-lo à ordem e progresso levou os condutores da sociedade a arregimentar as mulheres das camadas populares. Elas deveriam ser diligentes, honestas, ordeiras, asseadas; a elas caberia controlar seus homens e formar os novos trabalhadores e trabalhadoras do país; àquelas que seriam as mães dos líderes também se atribuía a tarefa de orientação dos filhos e filhas, a manutenção de um lar afastado dos distúrbios e perturbações do mundo exterior. (LOURO, 2018, p. 447)

A imersão em campo junto ao acervo histórico nos possibilitou um extenso mapeamento sobre como em nível local, se deu o acesso das mulheres na instituição que, até então se supunha exclusivamente de frequência masculina.

Numa análise imediata desconstruímos o argumento de que elas não frequentavam a instituição, refletindo neste caso, sobre sua agência nesta conjuntura. Os dados da pesquisa apontaram que, uma quantidade significativa de postos de trabalho passou a ser ocupados por mulheres. Além de alunas e docentes como já indicado para a década de 1950, com a constituição do Curso de Magistério de Economia Doméstica Rural, foram encontrados registros de lavadeiras, cozinheiras, dentista, enfermeira, costureira, armazenista, escrevente – datilógrafa, serviçal, servente e funcionária do Posto meteorológico. Em suma, os documentos evidenciam uma circulação intensa em diferentes períodos.

Destaca-se de maneira singular que a presença das mulheres foi verificada ainda no período muito próximo da fundação da instituição como Patronato Agrícola Visconde da Graça. No ano de 1926, ou seja, três anos após a inauguração do Patronato, foi registrado no Relatório Anual, documento enviado ao Ministério da Agricultura, a seguinte observação sobre uma das funcionárias regulares, que contribuíram para o atendimento médico dos

início com a criação do Centro de Treinamento de Operários Rurais, no final da década de 1940.

meninos internados. Consta no relato o seguinte texto sobre o trabalho realizado pela enfermeira:

Enfermaria:

Esta secção embora mal localizada tem auxiliado muito, pois funciona anexa ao gabinete médico, tendo para atende-la, uma enfermeira. (Relatório Anual 1926)

Num outro relatório anual, anos depois, mais precisamente no ano de 1935 temos, para o mesmo setor de saúde, um registro com um elogio dirigido para uma das trabalhadoras do Visconde da Graça. Neste segundo depoimento, bastante comum na estrutura do documento, vemos uma outra profissional, desta vez, de uma odontóloga¹²:

Assistência Dentária:

A Assistência dentária aos educandos, foi prestada pela odontóloga contratada Sr. Dra. Celanira Fernandes Fagundes que cumpriu zelosamente as determinações regulamentares com referência as suas atribuições funcionais. (Relatório anual, 1935)

Ressaltamos que, os dois registros acima foram encontrados em Relatórios Anuais quando ainda a instituição estava organizada como Patronato Agrícola Visconde da Graça (1923-1934), cujos objetivos eram o atendimento da infância desvalida, tendo nos órfãos encaminhados pelos Juizes de Órfãos, seu público prioritário.

Avançando na década de 1940, quando o Visconde da Graça passou por sua primeira alteração administrativa transformando-se em Aprendizado Agrícola (1934-1947), vemos novamente no Relatório Anual enviado ao Ministério da Agricultura, menção ao trabalho desempenhado, pela odontóloga, que seguia atuando na instituição. No excerto vemos em destaque o reconhecimento de sua presença como profissional da saúde.

A partir de fevereiro último, com o pedido de dispensa da competente odontóloga Celanira Fernandes Fagundes, ficou este educandário sem os indispensáveis serviços profissionais de um dentista. Esta direção, quer deixar nestas linhas o seu reconhecimento, e os mais justos louvores à referida profissional que, durante longo tempo, cumpriu rigorosamente os seus deveres funcionais, além de prestar sempre, o seu valioso auxílio a todos os empreendimentos destinados a enaltecer e ampliar as finalidades da instituição.

Os trechos separados acima ilustram o que até então não se havia noticiado. A instituição agrícola contou desde seus primórdios com a participação de mulheres ao longo

¹² Todos os nomes encontrados nos documentos foram substituídos para salvaguardar as informações pessoais publicadas neste artigo.

de sua história administrativa e educacional. Defende-se, por isso, após a realização deste estudo que a visibilidade pode ser confirmada antes da constituição do Curso de Magistério de Economia Doméstica Rural, ocorrido na segunda metade de década de 1950. Nos períodos anteriores muitas contribuíram para o funcionamento e organização das atividades junto ao Visconde de Graça. Elas garantiram não somente a realização de atividades socialmente destinadas às mulheres, mas também ousaram ao ocupar postos de relevância institucional.

Os registros da presença seguiram se mostrando nos arquivos do acervo histórico sob guarda do NEPEC. Ainda na década de 1940, mais precisamente no ano de 1941, vemos uma outra ocupando lugar na estrutura administrativa junto ao Visconde da Graça. Desta vez, o Serviço Meteorológico está em evidência.

Serviço meteorológico

O posto meteorológico, assistido atualmente pela Srta. Camila Diniz Cerqueira, funcionária pertencente ao serviço de Meteorologia do Ministério da Agricultura, correspondeu, perfeitamente, aos seus fins, tendo proporcionado úteis informações ao Aprendizado e a vários particulares, na cidade de Pelotas. (Relatório Anual 1941)

Dos muitos nomes que encontramos em relatórios e registros de ponto e assentamento funcional, raros foram aqueles que conseguimos desvelar algum aspecto sobre a trajetória destas mulheres. Numa investigação rápida sobre a Srta. Camila Cerqueira encontramos que, sua aposentadoria ocorreu no ano em 1981, no mesmo cargo em que ingressara junto ao Ministério da Agricultura: auxiliar de meteorologia. Casos como este podem nos ajudar a refletir sobre as invisibilidades neste espaço, e também sobre as estratégias discursivas que contribuíram para reforçar tal concepção.

Cabe aqui também pensar que tais estratégias são eficazes para manter e afirmar a reprodução de lugares de gênero. Caso exemplar é o da odontóloga já mencionada “Celanira Fernandes Fagundes” que nos anos de 1935, 1936, 1937, 1938 e 1939 teve registrado nos relatórios anuais suas menções junto ao Jornal Diário de Notícias de Porto Alegre. Restrita aos relatórios anuais, seu nome sequer fez parte do imaginário e da galeria de figuras de renome na história do Visconde da Graça.

Destacamos também ao longo desta investigação que, mesmo invisibilizadas, algumas trajetórias se destacaram. Uma das professoras do então Aprendizado Agrícola Visconde da Graça (1934-1947) sobressaiu-se pelos deslocamentos e trânsitos realizados ao longo de sua trajetória profissional. Removida do Aprendizado Agrícola de Pernambuco, chega ao Visconde da Graça no ano de 1941 sendo desligada em 1943 para realizar um curso na capital do estado. Seguindo para a Escola Agrícola Ildefonso Simões Lopes no Rio de Janeiro que mais tarde se transformaria no Colégio Técnico da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, a auxiliar de ensino se aposentaria no ano de 1976, no cargo de professor de ensino agrícola técnico. Ainda foi marcante neste caso que a professora publicou um

artigo em 1970 refletindo sobre o reduzido número de técnicos agrícolas no país, pela Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos (SANT'ANA, 2016, p. 121).

No relatório anual de 1941 e 1942 encontramos os seguintes registros sobre a participação da professora na organização do ensino no Aprendizado.

Reabertura das aulas

De um modo geral, os trabalhos de ensino e letras deste educandário, em 1941 iniciaram-se sem alteração alguma, isto é, as aulas foram reabertas a 1º de fevereiro e seguiram seu curso normal, visto ter sido preenchida a vaga existente de auxiliar de ensino pela professora D. Maria José, que, removida do Aprendizado de Pernambuco para este, passou a exercer as suas funções, como regente da série elementar. (Relatório anual, 1941)

Ensino primário

Com o pedido de demissão, verificado no princípio do exercício, do Sr. YYY, auxiliar de ensino e licença de D. Maria José, também auxiliar de ensino, lotada neste Aprendizado, licença esta, que prorrogada várias vezes, alcançou o término em 1942, ficaram as disciplinas dos 1º, 2º e 3º anos, ao encargo do Sr. Valdir Pereira (Relatório anual, 1942)

Na esteira das invisibilidades, o caso da auxiliar de ensino transferida várias vezes ao longo de trajetória profissional, evidencia não apenas as alterações em sua vinculação institucional, mas aponta também para a agência de muitas mulheres na autonomia que desejavam e/ou puderam construir naquele contexto.

O trabalho de campo reforçou a já tradicional invisibilidade dos grupos populares no contexto das relações de trabalho. Aqui apontamos as muitas Elzas, Marias, Leonídias, Terezas, Candidas, Antônias... As muitas lavadeiras, cozinheiras, costureiras e serviçais que compunham o quadro de mulheres que atuaram silenciosamente no Visconde da Graça. Sobre elas constam amontoados de cartões ponto e de identificação, mas uma linha sequer de reconhecimento e relevância pelos serviços prestados ao então Patronato. O que se verificou com frequência foi a solicitação para a ampliação do quadro de mulheres lavadeiras, tendo em vista o aumento significativo do número de matrículas, o que tornava exposta a sobrecarga de atividades a que estavam submetidas estas trabalhadoras.

Necessidades do estabelecimento:

Conforme já tive ocasião de me referir nos relatórios anteriores, considerando o crescente desenvolvimento desta casa, e por consequência o aumento dos serviços em suas diversas seções, muito principalmente na parte agrônômica, é natural que o pessoal nomeado quando a lotação era de 100 educandos seja insuficiente para atender as necessidades atuais deste Patronato.

Assim, para o bom desempenho das atividades, deste estabelecimento, solicito-vos para o futuro exercício, os recursos necessários, afim de serem admitidos mais

três operários rurais e bem assim, mais duas lavadeiras, visto que as existentes, não podem atender, como é conveniente, a lavagem de roupas de 180 educandos, o que, facilmente, se imaginará tendo-se em vista que, semanalmente, cada uma delas tem a seu cargo a lavagem de 720 peças de roupa. (Relatório anual, 1933)

A mesma demanda é novamente apresentada no relatório anual do ano seguinte (1934), supondo assim a elevada carga de trabalho e a pouca atenção recebida dos órgãos governamentais.

Necessidades do estabelecimento:

Uma lavadeira: quando a lotação do estabelecimento era de cem menores, possuíamos 3 lavadeiras, cujo serviço era atendido com dificuldade. Atualmente permanecemos com o mesmo número, cabendo a cada uma a lavagem de 700 peças por semana, por isso torna-se necessária mais uma lavadeira. (Relatório anual, 1934)

Conforme a pesquisa avançava mais relevante se mostrava o argumento sobre a necessidade de romper com os silêncios que têm cercado a análise sobre a presença das mulheres no Visconde da Graça, colocando em evidência outros sujeitos e suas trajetórias, subvertendo os lugares tradicionalmente hegemônicos. Nos somamos à perspectiva adotada por Michelle Perrot para refletir sobre o tema:

Escrever a história das mulheres é sair do silêncio em que elas estavam confinadas. Mas por que esse silêncio? Ou antes: será que as mulheres têm uma história? [...] por que as mulheres não pertenciam à história? Tudo depende do sentido que se dê à palavra “história”. A história é o que acontece, a sequência dos fatos, das mudanças, das revoluções, das acumulações que tecem o devir das sociedades. Mas é também o relato que se faz de tudo isso. [...] As mulheres ficaram por muito tempo fora desse relato, como se, destinadas à obscuridade de uma inenarrável reprodução, estivessem fora do tempo, ou pelo menos, fora do acontecimento. Confinadas no silêncio de um mar abissal. (PERROT, (2019, p. 16)

Invasidas por esta perspectiva a equipe de pesquisa tomou os relatos presentes nos documentos do acervo com estranhamento (nos termos da etnografia) para dar conta dos dados que, de outro modo, passariam despercebidos. Tal foi o caso das alunas do Curso de Extensão em Economia Doméstica Rural, conforme registrado no relatório anual da década de 1950. Demandas por alojamento feminino motivaram a solicitação de recursos financeiros para que as “moças” matriculadas no referido curso de extensão tivessem, da mesma forma que os alunos (que desde a fundação contavam com internato), acesso à moradia.

Naquele relatório foi estimado valor para pagamento de alojamento feminino junto a instituição que prestava assistência para meninas na cidade de Pelotas: “A Minha Casa

Rural¹³". No relatório do ano seguinte há indicativo que esta demanda tenha sido atendida, tendo em vista prestação de contas nesta mesma rubrica orçamentária.

Nos relatórios seguintes assistimos a constituição do Curso de Magistério de Economia Doméstica Rural, período a partir do qual é possível perceber contornos mais específicos da presença das mulheres no Visconde da Graça.

Registramos também que, a frequência das estudantes foi permitida exclusivamente no curso de economia doméstica. Não dispomos de informações mais precisas sobre o contexto de abertura de cursos de frequência mista¹⁴. Sem condições de acesso e sem alojamento próprio nas dependências do Visconde da Graça, as estratégias de ampliação do número de estudantes e de diversificação dos cursos eram bastante reduzidas. Somente anos mais tarde, na década de 1990, quando assegurada a matrícula independente do gênero, é que se viabiliza institucionalmente, no ano de 1992, o alojamento feminino no Visconde da Graça.

Foram, portanto, praticamente 30 anos até que se possibilitasse o ingresso de mulheres como estudantes na instituição e, 70 anos até que se iniciasse a equiparação do acesso de ambos ao ensino profissional agrícola, na cidade de Pelotas.

Para encerrar retomamos que, a extensão do acervo sob guarda do NEPEC traz consequentemente ao menos uma implicação importante, qual seja, o volume de dados que se dispõe é, significativamente maior do que a capacidade de análise que dispomos. Assim, muitas questões seguem em aberto, transformando-se em novas perguntas e renovadas respostas para investigações futuras.

O objetivo proposto com a realização desta investigação foi atingido. Ao longo deste período mapeamos a participação das mulheres desde a fundação do Patronato Agrícola Visconde da Graça, e percebemos a existência de diferentes cargos e funções que foram por elas ocupados ao longo do tempo.

A invisibilidade de gênero refletiu os processos de exclusão vividos na sociedade brasileira em toda sua extensão. Nos propusemos, contudo, refletir sobre as trajetórias traçadas por mulheres num contexto hostil, fracamente estruturado para as acolher e, sem a formalidade atingida pelas tradicionais ofertas voltadas ao universo masculino. Elas aderiram a propostas de centros de treinamento, participaram de cursos de extensão, e técnicos deslocando-se diariamente vários quilômetros em transporte muitas vezes inapropriado. De alguma maneira podemos pensar que elas ousaram subverter os lugares socialmente esperados, desafiando uma estrutura pensada para presença de outros sujeitos. Teria sido a

¹³ A tese de Magda Vicente (2018), aponta que a instituição servia de internato para meninas que estavam matriculadas em uma instituição de ensino denominada "Grupo Escolar Santo Antônio" (VICENTE, 2018, p. 220). Na tese encontramos conexões entre ambas instituições, o Aprendizado Agrícola e o internato feminino da "A Minha Casa Rural".

¹⁴ Atualmente está em curso levantamento sobre o CTG Rancho Grande (localizado no atual Câmpus Pelotas – Visconde da Graça), e a participação das mulheres naquele espaço. Há indicativos que a participação das estudantes tenha ocorrido paralelamente ao seu ingresso nos cursos das áreas de agricultura e pecuária.

abertura destes cursos apenas uma concessão? Defendemos que a permanência neste espaço não se constituiu em tarefa fácil, exigindo das estudantes e das trabalhadoras uma nova postura diante da formalidade pública e um trânsito em lugares antes interditados; o que de forma complementar, tensionou internamente a realização de adaptações/alterações no espaço institucional.

Observando as diferentes legislações que tratam sobre a educação profissional, destacamos que o Visconde da Graça se adequou a Lei do Ensino Agrícola (Decreto-lei nº 9.613, de 20 de agosto de 1946), que previa em seu escopo a integração das mulheres ao mundo do trabalho, observando, por óbvio, os termos que esta inclusão deveria seguir. Conforme apontado no Título V – Do ensino agrícola feminino.

Art. 51. O direito de ingressar nos cursos de ensino agrícola é igual para homens e mulheres.

Art. 52. No ensino agrícola feminino serão observadas as seguintes prescrições especiais:

1. É recomendável que os cursos do ensino agrícola para mulheres sejam dados em estabelecimentos de ensino de exclusiva frequência feminina.

2. As mulheres não se permitirá, nos estabelecimentos do ensino agrícola, trabalho que, sob o ponto de vista de saúde, não lhes seja adequado.

3. Na execução dos programas, em todos os cursos, ter-se-á em mira a natureza da personalidade feminina e o papel da mulher na vida do lar.

4. Nos dois cursos de formação do primeiro ciclo, incluir-se-á o ensino de economia rural doméstica.

5. Além dos cursos de e continuação para mulheres que trabalhem na agricultura e destinados a dar-lhes sumário ensino de um ofício agrícola, ministrarão os estabelecimentos de ensino agrícola a mulheres que trabalhem nas lides do lar cursos de continuação de economia rural doméstica para ensino rápido e prático dos comuns misteres da vida doméstica rural.

As ressonâncias da legislação se fizeram sentir em nível local, conforme se verificou anos mais tarde, num relato obtido através de material impresso, sob guarda do NEPEC, em que consta o título “Como surgiu a criação do Curso de Magistério de Economia Rural Doméstica”,

[...] Efetivamente bem inspirado esteve o Legislador, pois que uma obra educativa que pretendesse relegar a mulher a plano secundário não condiziria com nossa formação cultural, que atribui à mulher apreciável gama de responsabilidades para o progresso e o bem estar social. Havia, pois a imperiosidade reconhecida de criação dos Cursos de Magistério de Economia Rural Doméstica, a fim de habilitar a mulher somática, psíquica e espiritualmente para desempenho de suas tarefas no meio rural, de forma a que se possa atingir a mulher padrão cultural do homem do campo, e, conseqüentemente, a dar a pirâmide social do meio rural uma estrutura mais harmoniosa e estável. (Trecho de material impresso)

Destacamos a complementaridade de gênero que as práticas educativas do período desejavam implementar e reproduzir.

Enfatizamos, por fim, as relações entre assistência e educação tecidas a partir da articulação entre diferentes instituições da cidade. Não foi outro o motivo que levou o Visconde da Graça a solicitar alojamento na igualmente referenciada instituição de atenção às meninas do interior do município: A Minha Casa Rural.

Considerações Finais

Discursos e imagens cobrem as mulheres como uma vasta e espessa capa. Como alcançá-las, como quebrar o silêncio, os estereótipos que as envolvem? Existem, entretanto muitas fontes. Fontes que falam delas. Fontes que emanam delas, nas quais se pode ouvir suas vozes diretamente. Podem ser achadas em bibliotecas, local do impresso, dos livros e dos jornais; como nos arquivos públicos ou privados. (PERROT, 2019, p. 25-26)

Conhecer a história das mulheres e sua relação com a institucionalidade nos permitem ampliar os debates do presente, alargando possibilidades para abertura de novos espaços e a construção de relações mais democráticas no ambiente de trabalho e na educação. A importância deste estudo, no contexto da educação profissional agrícola situa a agência das mulheres, recolocando-as nos lugares que elas próprias conquistaram.

O local em que está situado o Visconde da Graça, numa região periférica da cidade de Pelotas, nos levou a pensar nas inúmeras dificuldades pelas quais passaram as mulheres, o que ressalta ainda mais estas presenças, tendo em vista a dificuldade de acesso e as precárias condições de trabalho, que estão fartamente registradas nos documentos pesquisados.

Ao constatarmos a presença das mulheres desde muito cedo, mesmo antes da organização dos cursos voltados à sua exclusiva participação, conforme apontado na legislação e, citado neste texto, não podemos deixar de indicar as assimetrias nos tratamentos dispensados às mulheres, projetando ainda maior invisibilidade para as que realizavam trabalhos considerados de menor importância como lavadeiras, cozinheiras, costureiras e serviços. E, neste ponto, o artigo pretendeu contribuir mais especificamente, apontando as diferentes inserções das mulheres, os lugares ocupados e os caminhos percorridos evidenciando as marcas e os rastros deixados nos arquivos.

O trabalho de campo etnográfico se mostrou viável e aliado ao estudo em acervos, contribuindo para o aprofundamento teórico e metodológico por meio dos quais é possível estudar o passado e suas fontes.

Ao concluir mais uma etapa das investigações que vem sendo conduzidas pelo Núcleo de Extensão e Pesquisa em Educação, Memória e Cultura junto ao acervo histórico, reafirmamos a importância de manutenção de financiamento público para ações de

pesquisa¹⁵. A possibilidade de realizar a investigação ao longo de doze meses e permitir a organização e sistematização dos dados se mostra como atividade fundamental, sem a qual o conhecimento não encontra bases para se erigir.

Referências Bibliográficas

BAKHTIN, Mikhail. **Estética da criação verbal**. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2011. 6ª ed.

BAKHTIN, Mikhail. **Teoria do romance I – A estilística**. São Paulo: Editora 34, 2015.

BAKHTIN, Mikhail. **Os gêneros do discurso**. São Paulo: Editora 34, 2016.

BELLOTO, Heloísa Liberalli. **Arquivos permanentes: tratamento documental**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. 4. Ed.

BRASIL. **Decreto-lei nº 9.613, de 20 de agosto de 1946**. Lei Orgânica do Ensino Agrícola. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-9613-20-agosto-1946-453681-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 20 dez. 2022.

BRASIL. **Decreto nº 62.178, de 25 de janeiro de 1968**. Provê sobre a transferência de estabelecimentos de ensino agrícola para Universidades e dá outras providências. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-62178-25-janeiro-1968-403729-publicacaooriginal-1-pe.html> Acesso em 20 dez. 2022.

CALDEIRA, Jeane dos Santos. **A infância desvalida institucionalizada em Pelotas/RS: controle e ordenamento social nas páginas dos periódicos locais – década de 1910 a 1940**. 2020. Tese. Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2020. Disponível em http://guaiaca.ufpel.edu.br:8080/bitstream/prefix/6175/1/Tese_Jeane_dos_Santos_Caldeira.pdf Acesso 06 jun. 2023.

CANDAU, Joel. **Memória e identidade**. São Paulo: Contexto, 2014. (1ª edição)

FARGE, Arlete. **O sabor do arquivo**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.

LOURO, Guacira Lopes. Mulheres na sala de aula. In.: PRIORE, Mary Del. **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2018. p. 443-481. 10. ed.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. In.: **Revista Proj.**

¹⁵ Agradecemos a bolsista Letícia Bitencurt pela atuação durante o período da pesquisa, cuja dedicação e empenho foram fundamentais para a realização desta investigação. Da mesma forma mencionamos o IFSul, através da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação, pelo apoio financeiro (bolsa, custeio e investimento), sem o qual não teria sido possível a execução do projeto “Acervo documental do CaVG: o patrimônio cultural em perspectiva – Etapa 3”.

História, São Paulo, (10), dez. 1993.

PEREIRA, Fabíola Mattos. **“Nestes termos, pede deferimento”**: uma etnografia das dinâmicas e das práticas de assistência em uma instituição de ensino agrícola, na cidade de Pelotas, RS, Brasil (1923-1990). 2018. Tese. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018. Disponível em: <http://tede2.pucrs.br/tede2/handle/tede/8302>. Acesso 20 dez. 2022.

PERROT, Michelle. **Minha história das mulheres**. São Paulo: Contexto, 2019. 2. ed.

RIBEIRO, Angelita Soares. **Imagens embriagadas, a cruzada das crianças**: barbárie e reencantamento do mundo. 2018. Tese. Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2018. Disponível em: <http://guaiaca.ufpel.edu.br/bitstream/prefix/4424/1/TESE.%20RIBEIRO%2C%20Ang%20elita%20Soares%2C%202018..pdf> Acesso em 20 dez. 2022.

VIANNA, Adriana. Etnografando documentos: uma antropóloga em meio a processos judiciais. In.: CASTILHO, Sérgio Ricardo Rodrigues; LIMA, Antonio Carlos de Souza; TEIXEIRA, Carla Costa. **Antropologia das práticas de poder: reflexões etnográficas entre burocratas, elites e corporações**. Rio de Janeiro: Contra Capa; Faperj, 2014. p. 43-70.

VICENTE, Magda Abreu. **A escola normal regional Imaculada Conceição em Pelotas / RS**: a atuação da igreja católica e dos poderes públicos (1955-1971). 2018. Tese. Universidade Federal de Pelotas, 2018. Disponível em <http://guaiaca.ufpel.edu.br:8080/handle/prefix/4401> Acesso em 06 jun 2023.

VICENTE, Magda Abreu. **O Patronato Agrícola visconde da Graça em Pelotas (1923 - 1934)**: gênese e práticas educativas. 2010. Dissertação. Universidade Federal de Pelotas, 2010. Disponível em: <http://guaiaca.ufpel.edu.br:8080/handle/123456789/1602> Acesso 20 dez. 2022.

WEBER, Florence. **Trabalho fora do trabalho: uma etnografia das percepções**. Rio de Janeiro, Garamond, 2009.